

ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 21-8-2017.

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro e Paulo Brum. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Idenir Cecchim, José Freitas, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rafão Oliveira, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Resolução nº 043/17 (Processo nº 2160/17), de autoria de Márcio Bins Ely. Ainda, foram apregoados os Ofícios nºs 1371 e 1373/17, do Prefeito, encaminhando os Projeto de Lei do Executivo nºs 019 e 020/17 (Processos nºs 2273 e 2284/17, respectivamente). Também, foram apregoados os Ofícios nºs 1374 e 1388/17, do Prefeito, informando, respectivamente, que se ausentará do Município do dia dezessete ao dia dezenove de agosto do corrente e do dia vinte ao dia vinte e três de agosto do corrente, ocasião em que estará participando de reuniões em Brasília – DF. Em continuidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Paulo Brum, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, e foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do Requerimento nº 146/17 (Processo nº 2103/17), de autoria de Paulo Brum, a homenagear as pessoas com deficiência pela passagem da Semana Municipal da Pessoa com Deficiência. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo, Presidente; Maria de Fátima Záchia Paludo, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social; Denise Russo, Secretária Adjunta Municipal de Desenvolvimento Social; Vicente Fiorentini, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down Porto Alegre – AFAD –; Fernando Moreira Barbosa, Vice-Presidente da AFAD; Simone Goularte, Presidenta da Associação de Mães e Amigos do Movimento Direitos Iguais do Rio Grande do Sul – Amamdir –; e Rotechild Prestes, Presidente do Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Paulo Brum, Aldacir Oliboni, Luciano Marcantônio, este em tempo cedido por Dr. Goulart, João Carlos Nedel e Prof. Alex Fraga. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Rodrigo Maroni. Na oportunidade, foi apregoado Requerimento de autoria de Paulo Brum, Líder da Bancada do PTB, solicitando Licença para Tratamento de Saúde para Dr. Goulart do dia vinte a um ao dia vinte e quatro de agosto do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança o suplente Rafão Oliveira, informando que Sua Senhoria integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, para considerações

finais sobre o tema em debate, a Vicente Fiorentini e a Fernando Moreira Barbosa. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quarenta e dois minutos às quinze horas e quarenta e três minutos. Em continuidade, foi apregoado documento assinado por Luis Fernando Bandeira de Melo, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Sofia Cavedon. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. A seguir, foi apregoado o Ofício nº 1392/17, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 021/17 (Processo nº 2307/17). Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/17, discutido por Sofia Cavedon; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 027/17, discutido por Cláudio Janta, Rafão Oliveira e Adeli Sell; e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 178 e 180/17, este último discutido por Cláudio Janta. Ainda, Idenir Cecchim e Moisés Maluco do Bem pronunciaram-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Mauro Pinheiro, Rafão Oliveira, Comandante Nádia e Sofia Cavedon. Na ocasião, foi apregoada a Emenda nº 04, assinada por Moisés Maluco do Bem, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 008/17 (Processo nº 0896/17). Durante a Sessão, Cláudio Janta manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo em chamada para ingresso na Ordem do Dia, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Paulo Brum está com a palavra.

O SR. PAULO BRUM (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Paulo Brum. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso da Semana Municipal da Pessoa com Deficiência, nos termos do Requerimento nº 146/17, de autoria do Ver. Paulo Brum.

Convidamos para compor a Mesa: Sra. Maria de Fátima Záchia Paludo, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social; Sra. Denise Ries Russo, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; Sr. Vicente Fiorentini, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down - AFAD; Sr. Fernando Moreira Barbosa, Vice-Presidente da AFAD; Sra. Simone Nogueira Goularte Brasil, Presidente da Associação de Mães e Amigos do Movimento Direitos Iguais do Rio Grande do Sul – Amandir; Sr. Rotechild Prestes, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

O Ver. Paulo Brum, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

O SR. PAULO BRUM: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Em 1997, Sr. Presidente, nós aprovamos nesta Casa a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência; portanto, faz exatamente 20 anos, e, apesar de termos construído, constituído vitórias, ainda o clamor, o anseio e o apelo permanecem vivos nas nossas veias

Hoje começa a 20ª Semana Municipal das Pessoas com Deficiência, proposição de minha autoria, que busca a conscientização e o exercício pleno dos direitos das pessoas com deficiência. Sabemos que a inserção na sociedade ainda é cheia de obstáculos. As barreiras, infelizmente, são visíveis ainda. A acessibilidade e a inclusão são apelos constantes, apelos permanentes. A acessibilidade e a inclusão são conquistas diárias da nossa luta permanente. Por isso o objetivo desta Semana é promover e articular ações na defesa de direitos, prevenção, orientação, apoio às famílias, direcionando à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, visando à construção de uma sociedade justa e solidária. O apelo da faixa estampada nas galerias é bem visível: “Nenhum direito a menos!” Sem privilégios, apenas direitos é o apelo das pessoas com deficiência neste momento.

Queremos fazer uma saudação especial aos amigos da AFAD, entidade que nós escolhemos para ser representativa deste momento tão especial. A AFAD de Porto Alegre é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que atua na Capital gaúcha, promovendo ações na busca da conscientização sobre as pessoas com síndrome de Down, para que tenham os seus direitos respeitados.

Neste momento, Sr. Presidente, tão especial, em que a minha vida, a minha história de vida se confunde com a luta brava dessas mães, dessas crianças, dessas pessoas que buscam o seu espaço junto à sociedade. São mais de 40 anos empurrando esta cadeira de rodas e vivenciando o dia a dia daqueles que mais precisam, daqueles que necessitam tanto do Poder Público. No momento em que nós gostaríamos, sim, de estar aqui aplaudindo as ações nos deparamos com a triste notícia que chega até nossa Casa. Eu gostaria de mais uma vez chamar a sensibilidade daqueles que têm o poder, que precisam ajudar aqueles que mais precisam. Não gostaria, não, Sr. Presidente, de fazer esse relato, mas quando mães, quando crianças que tanto necessitam sentem-se ameaçadas, nós temos, sim, que dar o nosso grito, o nosso brado de desconforto e de desconcordância com esse processo visível.

Já faço um apelo ao meu Presidente que isso não se repita nunca mais. Precisamos, Presidente, ter um microfone digno aqui nesta bancada, em que pese este Vereador ser mais uma coruja do que um papagaio. Esta tribuna sagrada, subi a esta tribuna só quando eu sinto que a necessidade nos chama. Ela é sagrada, Sr. Presidente. Daqui nós escrevemos mais de 40 leis que beneficiam, que dizem respeito a facilitar a vida daqueles que mais precisam, em especial dos meus irmãos com deficiência. Meu Líder do Governo, baluarte, que está aqui junto conosco nessa chamada, sim, eu quero que desta tribuna chegue no coração do nosso Prefeito, que ele seja sensível, que ele não prossiga na sua teimosia em mexer em direitos adquiridos, quando o Prefeito manda a esta Casa um projeto de lei que limita a isenção daqueles que mais precisam. O que é mais grave, meu líder, Ver. Cláudio Janta, é que este projeto de lei, que está aqui tramitando nesta Casa, ele se reporta... Eu tenho certeza que não é coisa dele, eu conheço o Prefeito, ele é meu amigo, fomos Deputados juntos. Eu conversei com ele, que me garantiu que não iria mexer nas isenções das pessoas com deficiência em Porto Alegre. Faz ao contrário, mal assessorado porque burocratas impuseram que 26 mil benefícios existentes hoje em Porto Alegre são os responsáveis pelo desmonte do transporte público, são os responsáveis pela tarifa em excesso que o porto-alegrense paga. Eu não acredito. E o que é mais grave, esse projeto está mal elaborado, Janta; o Prefeito se reporta a uma Lei de 1978. O que diz essa Lei, Janta? Essa Lei institui gratuidade na passagem do transporte coletivo de Porto Alegre para pessoas excepcionais: fica instituída a passagem de transporte de Porto Alegre às pessoas excepcionais, comprovadamente pobres. O Prefeito não leu isso aqui, minha secretária? Como? Excepcionais, pessoas consideradas pobres! Nós já banimos de vez esses termos da nossa vida. O próprio estatuto que foi aprovado agora, recentemente, enaltece a luta das pessoas com deficiência. Essa Lei é mais grave, ela diz que apenas dois salários mínimos regionais... Mal elaborado. Então, peço mais uma vez, a esta Casa que tanta sensibilidade impôs nesta luta. Nós não perdemos nenhum projeto de lei votado aqui ainda, nenhum projeto apresentado quando se fala em facilitar a vida daqueles que mais precisam, em especial os meus irmãos com deficiência. Presidente, me perdoe o desabafo. Passo, com muito carinho, ao meu querido Líder, baluarte da defesa dos direitos sociais.

O Sr. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O Ver. Paulo Brum tem me aberto os olhos há muito tempo sobre a questão dos portadores de deficiências; o Rotechild me levou a conviver muito com a questão dos deficientes. Neste fim de semana, ainda fizemos um evento com um fotógrafo cego e cadeirantes, tiraram fotos dos nossos atletas que jogaram com as diferenças. Eu quero te dizer que, em hipótese nenhuma, mesmo sendo Líder do Governo, nós vamos admitir que os direitos das pessoas sejam tirados. O que é dito no projeto é um absurdo, já li algumas páginas do projeto. O principal absurdo ainda é que, no intuito de acabar com a sonegação, de acabar com as fraudes, querem punir os deficientes na cidade de Porto Alegre, querem punir os idosos na cidade de Porto Alegre. Isso nós não vamos admitir. Não vai ser

limitando o número de passagens dos deficientes e seus familiares, que nós vamos coibir a fraude em Porto Alegre. Será com o controle público sério que nós vamos coibir isso. E pode ter certeza que o nosso partido, enquanto eu for Líder do Governo, vai abrir os olhos do Governo para melhorar a vida dos deficientes da nossa Cidade. Obrigado por ter aberto esse diálogo e essa discussão aqui na Câmara. Com certeza essa é a Casa do Povo para legislar e trabalhar pelo povo de Porto Alegre.

O SR. PAULO BRUM: Obrigado, querido Janta. Sr. Presidente e demais amigos presentes, Simone, Vicente, querida amiga Maria de Fátima Záchia Paludo, a gente tem uma história, admiro muito seu trabalho e tenho certeza de que V. Sa. irá estar à frente dessas ações para que Porto Alegre continue sendo uma referência em nível nacional no que diz respeito às conquistas das pessoas com deficiência. Já falei com a senhora, e falei com o Prefeito que, quando a secretaria municipal da acessibilidade foi extinta, eu não fiz alarde nenhum, porque eu acho que é um direito do Prefeito de administrar o projeto que ele propôs, mas também pedi ao Sr. Prefeito que ele respeitasse os direitos das pessoas com deficiência, e ele me garantiu, olho no olho, que iria respeitar e que os serviços que foram conquistados seriam mantidos. Eu só peço que o Sr. Prefeito lembre da promessa que ele fez não ao Paulo Brum, mas, segundo o próprio IBGE, às mais de 300 mil pessoas com deficiência em Porto Alegre. Claro que nem todos necessitam do Poder Público, mas tenho certeza de que essas mães que carregam as suas crianças no colo, muitas vezes por falta de acessibilidade total nos nossos ônibus, precisam; essas crianças são carregadas no colo para buscarem a dignidade, a saúde e a educação que elas tanto necessitam.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Paulo Brum, agradeço, o Ver. Aldacir Oliboni falará em Comunicações, em nome da bancada, mas eu faço questão de parabenizá-lo por trazer o tema da pessoa com deficiência para a Câmara. Nós teremos, no final do mês, na Semana da Inclusão Escolar, momentos fortes de seminários e de luta que compõem este mês de luta por condições, por igualdade e por autonomia, que, na verdade, é isto: acesso absoluto e universal da pessoa com deficiência aos bens, espaços e políticas públicas. Queria cumprimentar todas as representações – não vou tomar muito espaço nominando-as –, respeito a luta permanente dos que estão aqui. Quero acrescentar, Ver. Paulo Brum, ao seu protesto veemente e fundamental nessa redução de direitos – estamos assistindo à redução de outros direitos, e vou falar de um, porque os demais Vereadores têm outros. Nós temos uma rede municipal muito forte na inclusão escolar, com 50% das matrículas da cidade de Porto Alegre. Estamos sofrendo uma violência sobre os professores com um conjunto de projetos que o Prefeito mandou para esta Casa. Professores com alta qualificação estão pedindo aposentadoria – a gente tem falado muito nisso nesta Casa –, tendo um conhecimento já tão difícil para o acolhimento e para o desenvolvimento pleno dos nossos estudantes. Aproveito para cumprimentar aqui o aluno que representa os estudantes.

Então eu acho que nós temos um combate muito importante em várias dimensões para não haver recuo nos direitos conquistados, porque a pauta para avançar é imensa. É um absurdo que a gente esteja tendo que se mobilizar para segurar o pouco que se conquistou. Parabéns! Que a gente possa traduzir a tua indignação nas votações desta Casa. Parabéns pela luta a todos que aqui estão.

O Sr. Dr. Thiago: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nosso respeito à sua luta de vida. Ver. Paulo Brum. Quero ressaltar duas questões que me chamam muito a atenção. Primeiro, sobre uma luta que participamos juntos já há dois anos, principalmente com relação a uma questão pontual, mas de extrema importância, que é a questão das fraldas para as pessoas com deficiência. É fundamental que a Secretaria da Saúde tenha um olhar especial para essa questão e não simplesmente fique, ao longo do tempo, como tem feito, disputando com o Estado quem vai fazer ou quem não vai fazer determinada política pública. Já está assinalado, é de competência do Município, então é importante que o Município assuma a sua postura e a sua necessária participação, principalmente através da Secretaria Municipal da Saúde sobre essa questão das fraldas das crianças, dos adultos, dos adolescentes com deficiência. A segunda questão é: eu quero – e V. Exa. me ajudou muito na aprovação do projeto – que a gente possa olhar de outra forma aquelas pessoas que estão na iminência de ter perda de membro, sentido ou função. Essas pessoas não podem continuar, como está ocorrendo ainda hoje em Porto Alegre, a terem o seu problema diagnosticado nas emergências da Cidade e serem orientadas a voltar para o posto de saúde para serem reencaminhadas ao hospital. Assim, doenças curáveis estão se tornando incuráveis. Eu não poderia deixar de abordar este tema nesta importante tarde de hoje e dar os parabéns, novamente, pela sua movimentação, pela sua mobilização e pela sua luta de vida. Parabéns a todos vocês; continuamos juntos nessa estrada.

O SR. PAULO BRUM: Obrigado, Vereador.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Parabéns, Paulo, vejo um ato muito nobre. Cumprimento o Sr. Presidente; em nome da Secretária Maria de Fátima Paludo, cumprimento a todos. São tantas as coisas que eu pedi para que escrevessem. Eu tenho um projeto sobre a sinalização tátil, que já foi feito em alguns lugares, mas muito pouco. Junto com a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, tenho visitado algumas escolas especiais da nossa Cidade, e a realidade que tenho visto é preocupante, principalmente com a carência de recursos humanos especializados para atender essas crianças que precisam de atendimento diferenciado. A política pública para as pessoas com deficiência acaba sempre ficando em segundo plano. O Poder Executivo deveria pensar em ações que facilitem a vida das pessoas com deficiência; estabelecer mais linhas de transporte público que deficiente possa usar - são medidas importantes que devem ser feitas, ao contrário da proposta que tramita nesta Casa que retira o direito das

peessoas com deficiência. Ainda é muito pequeno o número de políticas públicas nas áreas do trabalho e inclusão social, que geralmente ficam restritos às organizações e associações sem fins lucrativos existentes. Aprovamos um projeto de minha autoria que altera o estatuto do pedestre, determinando que o piso em locais específicos da calçada seja diferenciado com a sinalização tátil apropriada para as pessoas com problemas visuais e de locomoção. Por quê? Eu moro em Porto Alegre há 40 e poucos anos; no Centro há 16 anos, onde ando e, principalmente no fim do ano, Natal e Ano Novo, não acredito no que vejo: pessoas com deficiência tendo a maior dificuldade para se locomover naquele Centro! Acho que isso é um cartão postal horrível para esta metrópole, a Capital dos gaúchos. Vamos deixar esse cartão postal bonito para os que vêm aqui nos visitar. Obrigado, Paulo, obrigado a todos, contem conosco, com o Partido PSD, com este Vereador, Tarciso Flecha Negra.

O SR. PAULO BRUM: Obrigado, Vereador.

O Sr. Airto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu quero aproveitar inicialmente para cumprimentar o Ver. Paulo Brum pela iniciativa de hoje, neste dia em que iniciamos a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência no Município de Porto Alegre. E, ouvindo as manifestações de todos, essencialmente de V. Exa., a história da conquista das pessoas com deficiência vem de longe, de décadas. Não foi de uma hora para outra que se alcançou o que temos hoje e que ainda é muito pouco pela extraordinária dívida social que a nossa Cidade, o nosso Estado, o nosso País têm com essas pessoas. Portanto, esse debate é extremamente importante para dizer, alto e bom som, que as conquistas que se alcançaram através de lutas que vêm de longe, nós não podemos, aqui na Câmara, de uma hora para outra, simplesmente extinguí-las, reduzi-las, eliminá-las, ou seja, estamos juntos nessa batalha, na busca da preservação daquilo que se conquistou até o momento que, na verdade, é muito pouco por tudo aquilo que se pode fazer pela nossa cidade de Porto Alegre. Um abraço, parabéns e obrigado.

O SR. PAULO BRUM: Obrigado, Vereador.

O Sr. Alvoni Medina: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero aproveitar para dizer que estamos juntos nessa luta, porque os direitos já adquiridos em não podem ficar apenas no papel, temos que lutar por esses direitos, juntamente com todos os familiares que estão aqui; contem comigo nessa luta, nessa batalha. Quero convidar todos que estão aqui, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na saída, temos no primeiro andar, iniciamos a Semana Estadual e Municipal da Pessoa com Deficiência, com a exposição “Borboletas”, trabalho desenvolvido pela fotografa Tamara Wagner. O empoderamento da pessoa com deficiência é a nossa luta, queremos fugir do assistencialismo e trabalhar com mais políticas públicas para essa população. Deus abençoe o seu trabalho que é uma boa

iniciativa - estamos juntos. Deus abençoe a todos. Um abraço para todas as famílias que estão aqui.

O Sr. João Bosco Vaz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ver. Paulo Brum, concordamos com tudo que já foi dito aqui, mas é importante lembrar que os paratletas só tiveram a oportunidade de se desenvolver, de sair de casa, de deixar a depressão de lado, de deixar a síndrome do pânico de lado, para ir jogar basquete no Tesourinha, para ir nadar no Grêmio Náutico União, para ir lutar esgrima lá no CETE – Centro Estadual de Treinamento Esportivo, porque há esse incentivo. Nós não estamos falando apenas de economizar 50%, nós não estamos falando apenas da parte econômica, nós estamos falando também da parte emocional. As pessoas que vivem nessa situação, as pessoas com deficiência, elas precisam ser trabalhadas emocionalmente. E essa possibilidade de ter, não a isenção total, mas de 50% para poder se deslocar, é primordial. Eu tenho dito que o que encarece a passagem em Porto Alegre não são essas isenções, que o próprio Sr. Prefeito diz que representam oito ou nove centavos. O que influencia o aumento da passagem é o dissídio, o combustível e os insumos, como os pneus. Essas isenções não vão resolver absolutamente nada, apenas vão complicar ainda mais a situação das pessoas que precisam. Muito obrigado, parabéns!

O Sr. Cassiá Carpes: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ver. Paulo Brum, parabéns pelo pronunciamento. Quando eu cheguei, V. Exa. estava se referindo a questões dos deficientes nesta Semana. Eu entendo que cada vez que se levam para um debate questões da Cidade – esta é uma questão fundamental para a Cidade, que atinge uma camada da sociedade que, às vezes, fica à margem dos Governos –, quando nós falamos que não queremos que o Governo dê tudo, nós temos que fazer algumas considerações. Nesse aspecto, V. Exa. conhece até mais do que nós e, com muita lucidez, traz esse tema, que eu acho importantíssimo de ser discutido. A discussão, às vezes, vem demoradamente ou apressadamente no sentido de que não há um diálogo. Foi a isso que V. Exa., mais ou menos, se referiu. Nós, nesta Casa, estamos sendo pegos de surpresa a cada dia, a cada hora, a cada momento, o que é ruim para a sociedade e ruim para a Câmara, que tem independência. Eu considero esse tema que V. Exa. traz muito importante. Sem dúvida, será debatido nas Comissões e no plenário. Eu quero louvar sua atitude em trazer esse tema para cá, passa às vezes despercebido, mas é fundamental para a Cidade, porque tem uma camada muito importante nesse sentido. Então, cada vez que nós trazemos a esta Casa um debate nessas circunstâncias, é bem-vindo, melhor do que passar ao léu. Naturalmente quero parabenizá-lo pelo tema, estamos juntos, e esta Casa fará esse debate na hora convincente para que nós procuremos sanar esses problemas, mas, ao mesmo tempo, mostrar a realidade difícil dessas entidades, dessas circunstâncias. Parabéns pelo tema. Obrigado.

O SR. PAULO BRUM: Por outro lado, Sr. Presidente, uma coisa boa: conversando com o Sr. Prefeito, em audiência, eu também fiz uma sugestão de que nós pudéssemos levar a questão da acessibilidade para um departamento ou uma ação junto à Infraestrutura, porque quem constrói, quem faz os rebaixos, os acessos, as rampas, a melhoria das calçadas, é a Infraestrutura. Eu fui convidado para, quarta-feira de manhã, às 10h, participar de uma reunião com a EPTC e outras secretarias envolvidas. O Prefeito ouviu a minha sugestão; teremos, na Infraestrutura, um espaço para repensarmos a questão da acessibilidade em Porto Alegre, absorvendo a própria preocupação do Ver. Tarciso, ou seja, que nós tenhamos que aplicar, de imediato, o primeiro plano municipal de acessibilidade do Brasil, que foi feito pela nossa secretaria de acessibilidade de Porto Alegre. Parece que o Sr. Prefeito tem a disposição de tirar esse plano do papel; que possamos, efetivamente, implantar ações de melhoria na questão da acessibilidade em Porto Alegre.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço pelo espaço, agradeço aos nossos visitantes, e que nós tenhamos uma semana para discutir tudo o que diz respeito a facilitar, a melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Nenhum direito a menos - sem privilégios, apenas direitos. Obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Paulo Brum. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Neste momento o nosso colega, Ver. Paulo Brum, tem a iniciativa de fazer, não só um pronunciamento, mas uma homenagem às conquistas obtidas e à Semana Municipal da Pessoa com Deficiência. Eu estava ouvindo atentamente o Ver. Paulo Brum, que me lembrava aqui algumas iniciativas que a Casa já teve no sentido de reduzir o número de pessoas que nascem com deficiência. Eu aprendi, por orientação médica, que devemos fazer algumas coisas logo que a criança nasce. Há alguns anos aprovamos, nesta Casa, para que o teste do olhinho, o teste da orelhinha e o teste do coraçãozinho fossem incluídos no pacote do parto. Só ali, no período de seis meses, poderíamos reduzir centenas, milhares de pessoas que possam nascer com algum tipo de deficiência. Lembro muito bem que o Prefeito Fogaça chamou a equipe de Governo, e o primeiro projeto que aprovamos foi o teste do olhinho, com um enorme movimento por parte de várias entidades aqui presentes, pedido a regulamentação do teste do olhinho. Hoje, o teste do olhinho está no pacote do parto pelo SUS em toda a rede municipal de atendimento ao parto em Porto Alegre. Agora, cabe-me fazer um outro apelo para que o teste do coraçãozinho e o teste da orelhinha também possam ser regulamentados no pacote do SUS, porque isso é o mínimo, é um simples olhar de um profissional com um aparelho que vai dizer se tem ou não algum tipo de deficiência. Eu creio que é uma iniciativa louvável, porque dialoga com a ideia não só da redução, mas da atenção ao atendimento às pessoas com deficiência.

Quero dizer também que eu e a nossa bancada concordamos contigo, Ver. Paulo Brum, quando V. Exa. se refere a uma certa falta de diálogo do Governo Municipal com a Câmara quando tratam de alguns projetos que retiram conquistas, retiram direitos do cidadão, na medida que não dialoga com a Câmara de Vereadores. E esse pacote da retirada das isenções, de fato, aconteceu isso, pegando de surpresa aqui, a Câmara, e houve uma reação de imediato, tanto é que vai ser constituída aqui uma comissão para discutir essa questão das isenções. Nesse sentido, tenho certeza absoluta, ao menos é o que tenho visto aqui, presenciado, a manifestação da grande maioria, que essa discussão é muito delicada, porque não tem como nós acabarmos e nem reduzirmos o número de passes, da meia-entrada, da meia passagem ou da segunda passagem. São milhares de pessoas que, às vezes, estão desempregadas ou aposentadas com um salário mínimo, e o corte de renda que o Governo faz com esses projetos de lei apresentados é muito baixo. Com três salários mínimos, a maioria das famílias que têm dois, três filhos tem dificuldade de sustentar. Imagina ir à escola, por exemplo, um aluno que tenha uma deficiência, tendo que pegar quatro ônibus, querer reduzir para dois ou para duas passagens, é impossível! Como é impossível reduzir também ou retirar o número de passagens para os estudantes. Nesse sentido, então, quero em nome também da bancada do PT me solidarizar a essa atividade, torcer que as coisas melhorem, até porque a Câmara aqui sinaliza para que a gente não só mantenha os direitos, mas amplie os direitos. Inclusive, são muitos os projetos que estão aqui, alguns em condições de votação, que ampliam os direitos para as pessoas com deficiência. Um grande abraço, sucesso. Vamos à luta, porque a luta é árdua, mas não impossível. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Dr. Goulart.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu me sinto obrigado a fazer a minha manifestação, até porque nesta semana, a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência, por ter nascido com uma deficiência, não posso me omitir. Quero registrar a importância, Ver. Paulo Brum, desta homenagem. Nós, que nascemos com alguma deficiência ou que durante o percurso da vida tivemos algum incidente... (Pausa.) Não é fácil; é difícil. (Palmas.) Isso me emociona muito porque não é fácil. A minha militância política não envolve esse segmento, mas alguma coisa eu acrescentei na minha trajetória política desde 1989 até hoje, quando iniciei a fazer política constantemente ao ser membro fundador do Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência, em 2005, no Governo Rigotto. Também tive a graça de Deus de ter sido, no governo Rigotto, Diretor de Recursos Humanos da Fundação de Proteção Especial, onde trabalhamos com mais de mil abrigados, muitos deles, Secretária Paludo, com deficiência intelectual, deficiência física. Fiz uma Lei Municipal visando ao cadastramento e à inclusão do deficiente no

mercado de trabalho. Mas quero dar o merecimento das grandes conquistas que as pessoas têm no Estado do Rio Grande do Sul a quem merece, ao nosso Ver. Paulo Brum, que é um guerreiro dessa causa. Peço uma salva de palmas ao Paulo Brum porque ele é o protagonista da maioria, se não de todas as leis que interferiram para o bem do deficiente. Deficientes que hoje são uma parcela da população de aproximadamente 15%. Agora, imagina o deficiente pobre - eu tive, com a graça de Deus, a sorte de nascer em uma família com recursos -, imagina o sofrimento de um deficiente pobre e o quanto as leis de autoria do Ver. Brum, com sua garra e militância, fizeram a diferença para que eles hoje tivessem acesso à educação, à saúde, à habitação e, principalmente, às questões relacionadas à sua saúde, como o teste do olhinho – lei Estadual de autoria do Ver. Paulo Brum. Graças a Deus que o senhor estava na política, Paulo Brum, e faço de coração essa citação ao seu trabalho maravilhoso e nobre em relação à inclusão social das pessoas com deficiência.

Quero também homenagear a programação da Secretaria de Desenvolvimento Social em relação às pessoas com deficiência, que está vasta de ações que visam a divulgar e a promover cada vez mais a política pública em relação às pessoas com deficiência, que é a forma mais nobre de se fazer uma ação política, uma ação pública: incluir aquelas pessoas com deficiência e, principalmente, as com baixa renda. Esse é o norte do Governo; parabéns à Secretária Paludo, ao Conselho Municipal e ao Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Mais uma vez, obrigado, Paulo Brum. As pessoas com deficiência te agradecem. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: (Saúda a componentes da Mesa e demais presentes.) Lembro que, em dezembro de 2006, a Organização das Nações Unidas - ONU criou a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência para proteger e reforçar os direitos e igualdade de oportunidade de 650 milhões de pessoas com deficiência em todo o mundo. Coloco aqui uma consideração importante, que é de que nós todos somos vulneráveis à deficiência, temporária ou permanente, especialmente a media que vamos envelhecendo, como é o meu caso. Na maioria dos países, pelo menos uma em cada dez pessoas sofrem de uma deficiência física, mental ou sensorial; um quarto da população mundial familiar de uma de uma pessoa com deficiência ou cuida da mesma, pelo qual se vê diretamente afetado pela deficiência. Independente disso, é preciso reconhecer que as pessoas com deficiência enfrentam muitas dificuldades, sendo que boa parte se encontra, muitas vezes, entre os membros mais pobres e excluídos da sociedade. No entanto, demonstram frequentemente uma extraordinária resiliência e distinguem-se em todas as esferas da atividade humana.

Pessoalmente, entendo que, quando as pessoas com deficiência têm possibilidade de participar no desenvolvimento e dar provas de liderança, como falou

aqui o Ver. João Bosco Vaz, toda a comunidade se torna mais receptiva. A participação das pessoas com deficiência cria oportunidades para todos, quer sejam portadores de deficiência ou não. Desse modo, é em boa e oportuna hora que a Câmara Municipal de Porto Alegre, através da proposição do Ver. Paulo Brum, se incorpora a esta homenagem à Semana da Pessoa com Deficiência, pois é preciso que nos comprometamos a eliminar os obstáculos à participação e ao acesso que as pessoas com deficiência enfrentam diariamente.

Secretária Maria de Fátima, esta é uma homenagem do Ver. Paulo Brum às pessoas com deficiência, mas eu queria, Secretária, prestar uma homenagem a próprio Vereador Paulo Brum pela sua luta de 40 anos em favor das pessoas com deficiência. E esta luta é como Vereador, como Deputado e Secretário de Acessibilidade, que muito fez e continuará fazendo pelo bem das pessoas com deficiência. Meus parabéns, Ver. Paulo Brum. Esta também é uma homenagem especial a V. Exa., pois é uma homenagem, tenho certeza, de todos os 36 Vereadores desta Casa. Parabéns, Vereador.

Quero estimular a Secretária Maria de Fátima Záchia Paludo e sua equipe a continuarem cuidando das pessoas especiais; quero desejar que a Semana das Pessoas com Deficiência seja um período de reflexão sobre quebrar tabus e vencer barreiras das desigualdades. Precisamos lutar por essas pessoas que têm necessidade de apoio, quer seja na área social, familiar ou na área de educação. Parabéns, Secretária e sua equipe; parabéns, Ver. Paulo Brum. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Em especial quero saudar os Vereadores Paulo Brum e Luciano Marcantônio, faço aqui um relato aberto de que tenho uma absoluta admiração pelos dois. O Ver. Paulo Brum, em especial, me contou e me comentou sobre a sua história de vida que, aos 18 anos, teve um acidente gravíssimo com carro, o qual o colocou nessa condição. E a luta dele desde então pelas pessoas com deficiência, ou, teoricamente com deficiência. E o Ver. Luciano Marcantônio é um cara pelo qual eu tenho um carinho muito especial, que se superou. Eu acompanho a história do Luciano há algum tempo e me emociona muito a história dele, apesar de muitas vezes não termos nem tempo de falar porque o Luciano é um cara de tão bom astral que ele trata como uma coisa natural, inclusive entre nós, ele debocha de si próprio. Meu pai me dizia, desde guri: “Rodrigo, quando te chamarem de alguma coisa, debocha de si próprio. É a melhor forma que tu tem de não passar por *bullying*.” E o Luciano, por ironia, foi goleiro, mesmo sem um braço, do seu time na escola, com fotos que comprovam isso. Eu acho importante que haja na política pessoas que representem os mais diversos temas, fundamentalmente de temas relevantes como este.

E eu queria dizer que, na semana passada, muito me abismou saber – ontem, inclusive, passou no Fantástico – o quanto a nossa, teoricamente toda doente, é intolerante. Porque, na verdade, deficientes somos todos nós. Eu quero perguntar aqui quem é que não sofre com algum tipo de transtorno, de ansiedade, ou que tem alguém na família com um problema grave? Eu sou uma pessoa que tem um conjunto de problemas, cheio de deficiências, e minha família toda também é, assim como a nossa sociedade toda é. Ontem passava no Fantástico, por exemplo, o quanto cresce na sociedade de hoje o regime de pessoas intolerantes – de pessoas intolerantes! E eu não estou aqui para fazer apologia a uma ideologia ou outra, até porque eu acho que, realmente, tu não devolves o ódio com ódio e tu não defendes aquilo em que tu acreditas com ódio, independentemente do lado. Hoje o movimento mundial, representado pelo que aconteceu agora nos Estados Unidos, nas últimas semanas, e o que aconteceu em Barcelona, demonstra o quanto a nossa sociedade está doente. Eu, particularmente, estava falando com uma educadora na semana passada, que veio aqui para falar comigo exatamente sobre a escola sem partido, projeto sobre o qual o Ver. Valter falava. E ela dizia: nossa, Vereador, como tu és pessimista! E eu disse: como é que eu não vou ser pessimista com a sociedade em que a gente vive? Eu pergunto como é que há de se ter otimismo? E ela me respondeu: mas tu tens que ter esperança. Eu, particularmente, que trabalho com um tema que é profundamente delicado, que são os animais, o que eu vejo é a nossa humanidade doente. Eu não vejo alguém com síndrome de Down, alguém com uma deficiência, com uma maldade tão grande, por exemplo, para estuprar, para violentar, para assassinar um animal. Pelo contrário, eles têm uma inocência e uma ingenuidade que, inclusive, os protegem das outras deficiências que são as piores, que são as de caráter, de valor, e as dos adultos hoje, completamente destruídos e individualistas, absolutamente egoístas, que nós temos na nossa sociedade. Eu vi uma coisa que eu acho lamentável, Ver. Tarciso, não acreditei quando eu li a matéria -, que a Islândia é o primeiro país que está próximo de não ter nenhum indivíduo com síndrome de Down. Sabem por quê? Porque a mãe escolhe, antes de o indivíduo nascer, mesmo com testes que não são comprovadamente reais, concretos, abortar uma criança. Sabia disso, Ver. Professor Wambert? A Islândia está chegando... Inclusive faz propaganda do seu país sobre esse tema, por ser o primeiro país que não vai ter ninguém com síndrome de Down, Ver. Janta, porque as mulheres abortam. Um país inteiro que aborta para as crianças não virem com síndrome de Down. Lamentável! Isso é uma vergonha mundial! Um país que se diz ser do Primeiro Mundo. Então eu digo o seguinte, para quem tem vergonha do Brasil, e temos muitos problemas sociais, hoje é difícil a segurança, o tráfego, a corrupção, se engana quem acha que no Primeiro Mundo não tem contradição. É nos Estados Unidos que está tendo onda de intolerância, é na Islândia, que é considerado o Primeiro Mundo, que as pessoas abortam por síndrome de Down. Deficientes somos todos nós, essa é a verdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Paulo Brum, na condição de Líder da Bancada do PTB e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Dr. Goulart no período de 21 a 24 de agosto de 2017. A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Rafão Oliveira, e integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu venho à tribuna neste período de Comunicações, e também falo em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna, justamente garantir o que foi destacado pelo Ver. Paulo Brum, proponente, e pela faixa que as pessoas trazem para esta Casa Legislativa, aquela frase foi muito importante, continua e deve ser um baluarte para continuar os nossos trabalhos: “Nenhum direito a menos”. Nenhum direito a menos em hipótese alguma, visto que vivemos dias muito complicados, bastante conturbados. A questão do transporte público, que já foi mencionado aqui anteriormente, é algo que nos chama muito a atenção com relação às propostas que chegam até esta Casa. Nós temos um projeto em tramitação, obviamente, ele está em suspensão, teremos aí a instituição de uma Comissão Especial para debater uma das propostas do atual Governo para a modificação do sistema de transporte público nesta Capital. Eis que nesse projeto, o Prefeito e sua equipe propõem a redução do número de viagens do passe livre para portadores de deficiências, de oito passagens diárias, que determina a atual lei, para quatro. Ou seja, em um dia a pessoa tem que abrir mão da sua gratuidade, se precisar ir ao médico, depois precisar fazer um exame médico, depois precisar se deslocar para um outro local. Isso é lamentável, por isso precisamos dessa frase: “Nenhum direito a menos, em hipótese alguma.” E não é apenas esse seguimento da sociedade que sofrerá com essa modificação ou com esse projeto que está aqui em tramitação. São também os idosos; são as pessoas portadoras de enfermidades graves - todos esses perdem com a redução do número de viagens gratuitas diariamente nesta Cidade. No início deste ano, nós tivemos uma reestruturação dentro da Secretaria Municipal de Educação, e eis que uma Secretaria que era referência no tratamento e nas políticas públicas com relação às crianças portadoras de deficiências, perdeu a sua orientação. A coordenadoria, o setor que fazia o planejamento e dava o suporte para as escolas tratarem, da melhor forma possível, as crianças portadoras de necessidade especiais e deficiências, foi fechada. No seu lugar, não houve nenhuma proposta, inclusive, pedagógica para sanar os problemas desse vácuo deixado pela falta do serviço antes prestado. Isso é lamentável, por isso volto a dizer: nenhum direito a menos no transporte; nenhum direito a menos na educação; nenhum direito a menos na saúde, nenhum direito a menos. É isso que nós queremos para a nossa Cidade. Recuar, jamais, vamos avançar, vamos propor uma Cidade que seja mais justa, mais digna, mas vemos ataques por todos os lados, e um ataque que nós todos, sociedade porto-alegrense, viremos a lamentar é o que a nossa Carris, a histórica Carris, está sofrendo e vai sofrer. Nada tira da minha cabeça, da minha visão, o ataque para privatizar essa empresa que é uma referência na prestação de um serviço de qualidade. Eu estava separando alguns dados: a lei federal de 2004, que

deveria entrar em vigência em 2014, que prevê a extensão de acessibilidade para 100% da frota, ainda está muito distante do sistema público de transporte desta Cidade. A Carris é a nossa referência, a Carris tem 65% da sua frota com acessibilidade, eis que, se nós somarmos todas as empresas, todos os consórcios, nós não chegamos a 23%. Isso significa que as empresas privadas estão muito aquém do necessário, do mínimo para garantir condições adequadas de ir e vir à nossa população. Portanto, para garantir direitos, a Carris tem que ser nossa. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Comunico que a Sra. Secretária Maria de Fátima Záchia Paulo e a sua Adjunta, a Sra. Denise Ries Russo, terão que se ausentar para participarem da abertura da Semana das Pessoas com Deficiência, que acontecerá em instantes, no Paço Municipal. Agradecemos a presença das Sras. Secretárias.

O Sr. Vicente Fiorentini, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down – AFAD, está com a palavra.

O SR. VICENTE FIORENTINI: Boa tarde a todos, queria cumprimentar o Presidente da Casa, o Ver. Cassio Trogildo; os demais componentes da Mesa; cumprimentar os Srs. Vereadores, pois, toda vez que chego aqui, me sinto em casa, porque, realmente, o pulmão de Porto Alegre é a Câmara de Vereadores, é por aqui que passam as grandes questões da nossa Cidade; quero cumprimentar a plateia que, com muito esforço, está aqui presente para começar esta semana de grandes eventos, a 20ª Semana Municipal da Pessoa com Deficiência. Inicialmente, eu quero agradecer o nosso Ver. Paulo Brum. Eu quero dizer, Vereador, que conheci o senhor antes de ser pai do João Vicente, que nasceu com síndrome de Down e que hoje tem 21 anos. Na época, eu, já economista, participava dos movimentos sociais e tinha o senhor como uma pessoa sempre disposta a incluir na sociedade as pessoas com deficiência. Parabéns! Acompanho o seu trabalho há muitos anos.

Aproveito, antes de falar da Associação AFAD, para lembrar que, além de outros projetos aprovados nesta Casa e na Assembleia Legislativa, o Ver. Paulo Brum está propondo o Projeto de Lei do Legislativo nº 096/17, que institui o Programa Municipal de Orientação sobre a Síndrome de Down. Nós tomamos conhecimento desse projeto através do Vereador, a nossa associação está apoiando. Convidamos todos os Vereadores da Casa a apoiar. Nós instituiremos, brevemente, então, aqui em Porto Alegre, essa semana, como já foi feita, no ano passado, através do Deputado Eduardo Loureiro, da Assembleia Legislativa, a Semana Estadual sobre síndrome de Down.

A Associação AFAD foi criada há 25 anos – está completando agora, em novembro, um quarto de século – por um grupo de pais com o objetivo de incluir os filhos na sociedade. Nós atuamos aqui em Porto Alegre e nos Municípios vizinhos. Na região, somos em torno de 5 milhões de pessoas, então a gente estima – não temos

dados concretos – que 5 mil pessoas, entre crianças, jovens e adultos, possuem a síndrome de Down. A Associação AFAD atua no sentido de estimular as famílias a levarem os seus filhos para a escola, para o mercado de trabalho, para a famosa inclusão social. Nós prestamos serviços para os pais, através de grupos de pais, também temos vários grupos de jovens, organizamos eventos na área da saúde e da educação – convidamos os profissionais dessas áreas para palestras, oficinas e seminários. O nosso principal trabalho é a luta junto com as outras entidades. A cada dia, a gente percebe que tem um movimento muito bom e a nossa atuação é como facilitador dos órgãos públicos. Já foi dito nesta tribuna muita coisa sobre deficiências, sobre as suas necessidades, e nós, pais, sem custo nenhum para a sociedade, com trabalho voluntário, estamos aqui para ser facilitador e fiscalizador das políticas públicas, o que é importante.

Para concluir, quero dizer que esta Semana que começa hoje não é para festejar, comemorar a deficiência, porque ninguém gostaria de ter limitações, mas precisamos de lutas para manter os direitos. A pessoa com deficiência precisa ser vista como um cidadão, ter espaço e ser incluída em todas as áreas da nossa sociedade.

Quero convidar a todos para conhecerem algumas famílias para estimular, porque o nosso problema é que as famílias são muito tímidas, elas mantêm os filhos em casa por uma questão cultural, histórica, então temos que aproveitar este meio de pessoas intelectuais, de políticos, para fazer esse trabalho na sociedade buscando o fortalecimento do nosso movimento. Muito obrigado a todos. Agradeço, mais uma vez, o convite e a homenagem do Ver. Paulo Brum à nossa Entidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sr. Vicente. O Sr. Fernando Moreira Barbosa, Vice-Presidente da Associação dos Familiares e Amigos do Down - AFAD, está com a palavra.

O SR. FERNANDO MOREIRA BARBOSA: Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Ver. Cassio Trogildo, Ver. Paulo Brum, senhoras e senhores, estou muito feliz e orgulhoso por estar aqui nesta Casa representando as pessoas com síndrome de Down de Porto Alegre. Eu cheguei aqui porque meus pais acreditaram na inclusão de uma pessoa com a síndrome de Down. Eles me estimularam desde pequeno, me matricularam somente em escolas regulares.

Aproveitei as oportunidades oferecidas pelos meus pais e segui as orientações de bons profissionais da saúde e da educação, mas não só isso, participo desde adolescente, da Associação dos Familiares e Amigos do Down de Porto Alegre - AFAD, da qual me orgulho muito e onde lutamos, todos juntos, pelos direitos das pessoas com deficiência e pela nossa inclusão social, iniciando na família e nas escolas.

Concluí o Ensino Médio e hoje sou auxiliar administrativo no Hospital Mãe de Deus. Tenho interesse em crescer profissionalmente e continuar fazendo a boa política, que é defender a sociedade inclusiva sem preconceitos e a oportunidades para

todos nós, pessoas com deficiência. Fico grato pelo evento; um abraço inclusivo a todos. Também quero agradecer muito a uma pessoa que me incentivou desde o início da Associação, que foi o primeiro Presidente, de quem fui Vice-Presidente, com muito orgulho. Uma salva de palmas ao Sr. Vicente Fiorentini. Desculpe não seguir o protocolo, quero agradecer a uma pessoa que é da minha família e a quem amo mais do que tudo: minha mãe, Sra. Vera Lúcia Aquino Moreira Barbosa. Muito obrigado, mãe. Obrigado, Sr. Presidente e todos os Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sr. Fernando pela emocionante fala. Vamos chegando, Ver. Paulo Brum, ao final deste momento que deveria ser simplesmente um período de Comunicações de homenagem, mas foi, com certeza, muito mais do que isso, mais profundo do que isso, teve o alcance muito superior para todos nós. Quero agradecer a presença da Secretária Maria de Fátima Záchia Paludo que foi lá para abertura da Semana, no Paço Municipal; também à sua Adjunta, Denise Russo; agradecer ao Sr. Vicente Fiorentini, Presidente da AFAD; ao Sr. Fernando Moreira Barbosa, Vice-Presidente da AFAD, nosso último orador - parabéns pela bela fala -, também à Sra. Simone Goulart e ao Sr. Rotechild Prestes. Agradecer a presença de todos que acompanharam esse período de Comunicações. Quero dizer aos Vereadores e a todos que nos acompanham, Ver. Paulo Brum, que hoje pela manhã recebi o pessoal da Coopersocial que faz um trabalho com adultos com deficiência mental, fazem um excelente trabalho ali atrás do Planetário, estão com dificuldade com o seu prédio. Eu já falei aqui com a Secretária Fátima, também falei com o Secretário Carlos Siegle para que a gente possa também ajudar no encaminhamento e no ajuste dessa pendência que eles estão lá com o seu prédio. Por final, queria me desculpar com o meu querido Ver. Paulo Brum, Líder da minha bancada, pode ter certeza de que o que aconteceu hoje com o microfone não vai se repetir. Esta Casa tem que ser, sim, cem por cento acessível. Nós vamos continuar trabalhando para que isso possa se consumir. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h42min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h43min): Estão reabertos os trabalhos.

Aprego ofício do Senado Federal. (Lê.) “Secretaria-Geral da Mesa. Senhor Cassio Trogildo, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre – RS. Em atenção ao Ofício nº 0707/2017-PRES, de Vossa Excelência, encaminho a esta Presidência do Senado, informo que a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, que *‘Acrescenta parágrafos ao art. 198 da Constituição Federal, dispondo sobre a responsabilidade financeira da União, co-responsável pelo SUS, na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente*

comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.’, encontra-se na Câmara dos Deputados. Tão logo a matéria venha a tramitar no Senado Federal, serão tomadas as providências necessárias à sua tramitação nesta Casa. Atenciosamente, Luiz Fernando Bandeira de Mello, Secretário-Geral da Mesa”.

Este ofício é uma resposta, em especial, ao Ver. Oliboni, ao ofício que encaminhamos fruto de seu requerimento de Moção de Apoio pela aprovação da PEC nº 22/2011, que institui o piso nacional de dois salários mínimos aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias. O ofício que eu acabei de ler foi o comunicado da Mesa do Senado de que a PEC está tramitando na Câmara Federal e, tão logo vá para o Senado, eles tomarão as providências para acelerar a sua tramitação.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, eu queria informar, conforme pedido de vários membros desta Casa que, na quarta-feira, o Sr. Leonardo Busatto, Secretário da Fazenda, estará aqui para dar uma explicação sobre o IPTU, sobre o projeto que se encontra nesta Casa, para os Pares se enturmarem referente a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): No início da Sessão de quarta-feira, comunica o Líder do Governo que o Sr. Leonardo Busatto, Secretário da Fazenda, estará aqui prestando esclarecimento sobre o Projeto de Lei do Executivo que altera a planta de valores do Imposto Predial e Territorial Urbano de Porto Alegre.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Grande Expediente.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; vou usar este Grande Expediente para me referir, em especial, a duas iniciativas da população, representadas pelas bancadas de oposição, uma delas pelo PT, a outra pelo PT e pelo PSOL, em relação à Carris, à tarifa e ao transporte público. Acho fundamental dar conhecimento à sociedade de que essa empresa pública de transporte, patrimônio e história da nossa Cidade já foi premiada pelos seus níveis de excelência, pela capacidade de investimento, de ousadia e de construção de alternativas para a cidade de Porto Alegre, de mobilidade, como a criação dos transversais, como a mudança de tecnologia nos motores para dar mais conforto, como a presença do ar-condicionado em grande número de ônibus, como a acessibilidade. E aí estamos falando, Ver. Paulo Brum, que aqui trouxe o tema da Semana da Pessoa com Deficiência, que a Carris é a que tem maior número de ônibus acessíveis, adequados a cadeirantes, a idosos, com piso mais baixo. Portanto, uma empresa pública de transporte referência para o País em alguns momentos importantes e referência para o sistema, moduladora do sistema, porque compra combustível, porque tem capacidade de prestar depoimento e testemunhar valores, insumos, medidas de gestão, intervenção na Cidade e atendimento à população de outra qualidade. Em 2011, 2012, quando nós fizemos o

Câmara na Comunidade, o Câmara no Ônibus, tão controversos, alguns Vereadores não gostaram; depois, nós fizemos uma verificação no ranqueamento das reclamações, através do 118 e do 156, e a Carris era, de longe, a empresa que menos tinha queixas. Tratava-se de 2011 ainda, havia queixas, mas a campeã era a empresa da Zona Sul, a da Zona Leste, depois a da Leste e, por fim, a Carris. Ou seja, uma empresa que conseguia dar um bom atendimento, manter um equilíbrio financeiro e ser referência para o sistema. Ora, ela está hoje tão sucateada, tão sucateada, que depende de mesadas do sistema, do erário público, que teve, na terça ou na quarta-feira da semana passada, 144 carros parados por falta de manutenção; tem tido, em média, 80, 90 carros sem rodar, tem perdido horários e capacidade de carregar passageiros, de buscar receita, por um bom desempenho. A Carris vinha sofrendo com uma péssima gestão: notificação e multa dos gestores anteriores, dois prédios inacabados, uma creche que gastou dinheiro público está lá deteriorando a céu aberto, um prédio de quatro ou cinco andares que está uma carcaça. A responsabilização dos ex-gestores foi muito leve na minha opinião, apesar das nossas denúncias e da contundência da briga que fizemos. Isso é exemplo do que hoje significa a Carris, que teve que descentralizar, Prof. Alex Fraga; os ônibus estão parados, estão nos terminais, porque não cabem mais no pátio da Carris – pode uma coisa dessas?

E aí a solução do Prefeito Marchezan, que diz que chegou com os ventos da modernidade, da competência, com um banco de talentos, com capacidade de gestão - essa era a grande panaceia, a grande promessa - é a dissolução dessa empresa, a venda de linhas dessa empresa ou PPP; ele não está interessado em recuperar a Carris; ao contrário, neste semestre, tem causado prejuízos graves à Carris. Portanto, agora, fizemos essas denúncias durante o primeiro semestre. O Ministério Público de Contas, em julho, entrou com uma representação, requerendo uma inspeção operacional na Carris, isso depois que questionou o Governo sobre todos esses pontos. O Governo teve a possibilidade de responder, só que as respostas foram insuficientes, pobres. O Dr. Geraldo da Camino, do Ministério Público, solicitou uma auditoria operacional - foram apontadas várias irregularidades: falhas no planejamento, no cumprimento das tabelas e horários de linhas de ônibus na Carris, prejuízos acumulados, através de aporte de recursos municipal, ineficiência na administração da Carris nas gestões das dívidas e na contenção dos prejuízos financeiros. Ineficiência na gestão das dívidas! Inclusive, denunciemos que, no primeiro semestre, a Carris fez demissões sem justa causa e tem perdido na Justiça, e se avolumam as causas trabalhistas, Ver. Aldacir Oliboni, em cima de uma empresa pública. Empresa que, sim, é possível que seja lucrativa, que mantenha um excelente serviço para a cidade de Porto Alegre. Portanto, quero dizer aos senhores que esta semana o Tribunal de Contas deve se posicionar ou encaminhar o pedido de auditoria operacional da Carris. Para mim, isso é um certificado de incompetência de gestão, Ver.^a Fernanda, do Prefeito Marchezan, e de uma gestão predatória dos interesses públicos – predatória! Porque a Prefeitura tem sido notificada, acompanhada, fiscalizada e advertida em relação à Carris, repete e piora os desmandos de gestão. Então, nós teremos uma auditoria operacional da Carris.

Ao lado disso, recebi também na sexta-feira, acredito que os colegas das duas bancadas, PT e PSOL, há também a representação, a promoção no Ministério Público de Contas que utiliza como exemplo também a Carris, mas a perda, a diminuição de ônibus de linhas e de horários, Ver. Adeli, que todas as outras empresas estão fazendo neste período, que acolheu a denúncia levada pela bancada do PT e do PSOL, na primeira semana de agosto. Estava eu aqui substituída pelo professor Bernardo. E o Da Camino nos informa, nos mandou ontem por Twitter, que acolheu a denúncia e está pedindo um equilíbrio, está querendo a garantia do equilíbrio econômico financeiro no contrato de concessão, levantando uma série de questionamentos.

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Quero, muito rapidamente, Ver.^a Sofia, eu a cumprimento pela intervenção. Só quero fazer uma correção: foi uma iniciativa que partiu da oposição, mas que teve a assinatura de 16 Vereadores: Ver. Dr. Thiago, Ver. André Carús, Ver. Cassiá Carpes, Ver. João Bosco Vaz, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Mauro Zacher, Ver. Tarciso Flecha Negra, Ver. Aírto Ferronato, Ver. Paulinho Motorista, somando 16 junto com as Bancadas do PT e do PSOL para que essa promoção fosse realizada. Ou seja, a nossa denúncia surtiu efeito, eu quero cumprimentá-la por lembrar disso na tribuna; quero agradecer aos outros Parlamentares que assinaram conosco e dizer que nós estamos trabalhando agora para uma ação popular, uma vez que, na semana que vem, passa a vigorar o fim da segunda passagem gratuita. E nós queremos convidar todos os Vereadores para assinarem conosco, não só os 16, todos os outros que quiserem para defender os direitos das pessoas com deficiência, para defender os direitos da população de uma forma geral no que diz respeito à segunda passagem – claro que seguiremos lutando contra o pacote. Então, quem quiser assinar conosco está mais que convidado. Tomara que tenhamos mais que 16 Vereadores desta vez. Parabéns pelo pronunciamento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: A Ver.^a Fernanda me lembra muito bem, desculpe-me, eu vi a foto, eu vi a imagem, quero inclusive parabenizar pela construção suprapartidária, acabei tendo um lapso de memória. Quero valorizar que isso seja desse tamanho. Quero dizer que o Dr. Geraldo da Camino, inclusive, incorpora o questionamento e pede para avaliar a proporcionalidade entre o resultado financeiro da medida implementada pelo Decreto Municipal e o eventual desequilíbrio econômico financeiro apurado, Ver. Cassiá, que assinou junto. O Dr. Da Camilo também solicita ao Tribunal de Contas que avalie o cabimento de eventual medida acautelatória determinando a redução do valor da tarifa, que é a nossa tese, sim, desde o início, caso constatadas irregularidades nos procedimentos afetos ao restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro em questão. Há, óbvio, nítido, para qualquer um que o cálculo da tarifa do ano passado foi feito em cima dos custos do sistema, custos esses que incorporavam a segunda passagem. Então, não é preciso nem ser estudante de Direito para saber que há um desequilíbrio e que na própria peça do Procurador Da Camino,

acho que reproduz o escrito da representação do conjunto das bancadas dos Vereadores, diz que auferirá maior lucro aos empresários. Então, eu quero parabenizar por mais essa iniciativa, mas também porque em função das várias auditorias, o Dr. Geraldo da Camino se remete a denúncias de que de que todas as empresas reduziram ônibus, estão rodando com menos, portanto estão com passagem plena e rodando com menos. E que a própria Prefeitura indica uma redução de 11%, em 2017, do número de passageiros em relação à 2016, indicando que, provavelmente – palavras do Dr. Da Camino –, porque as empresas estão reduzindo linhas, horários ao arpejo do que está contratualizado na licitação realizada. E nós sabemos que isso está acontecendo na Carris. E isso traz prejuízo, é óbvio, desestimula a população, tenho o testemunho das pessoas que esperam muito mais os ônibus hoje. Então, há uma grave desregulamentação no sistema. E o Prefeito, em vez de corrigir com fiscalização, com capacidade de gestão, com controle da tarifa...O que nós queríamos com a nossa lei é que o Fundo Público do Transporte estivesse nas mãos do Prefeitura, assim como o controle da tarifagem eletrônica, pois isso incidiria em políticas públicas para melhorar o desempenho do sistema. O que está acontecendo? As empresas estão reduzindo a sua atuação, reduzindo o número de passageiros, por óbvio, por falta de capacidade de buscar o passageiro, de oferecer um bom serviço, que não é o que estamos vendo na Cidade. Então, duas provas da incompetência de gestão do Governo Marchezan. E eu encerro dizendo que há um movimento muito bonito dos municipais e municipais conversando com a população de Porto Alegre, hoje, ao meio-dia, em várias esquinas, também no DMAE, lá na esquina da Borges, e os engenheiros da SMOV. Porque esse desmonte da capacidade de fiscalização, que parece ser um enfrentamento de privilégio de funcionários, é um equívoco, está expulsando para a aposentadoria colegas que poderiam fazer a fiscalização dos serviços, inclusive, do sistema, do que está contratualizado. Essa semana, nós vimos – com o que estou surpresa - que a Cootravipa foi contratada no DMLU, enquanto tem uma matéria nos jornais dizendo que, provavelmente, havia desvio, inclusive, de material no DMLU, há um contrato emergencial anunciado essa semana, emergencial, de novo, com a Cootravipa. E cadê o controle feito pelos funcionários municipais da qualidade do serviço? E essa recapagem que, finalmente, o Governo começou a fazer, que já está fazendo água, porque está tudo esburacado. Hoje eu passava em uma rua recém-recapada e já de péssima qualidade. Está faltando funcionalismo público motivado.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego Ofício nº 1392/GP, do Prefeito Municipal, que encaminha o PLE nº 021/17.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1353/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 021/17, de autoria do Ver. Professor Tovi, que altera o art. 13 da Lei Complementar nº 530, de 22 de dezembro de 2005 (que institui o Programa Municipal de Apoio e Promoção do Esporte – PROESPORTE –, o Protocolo de Incentivo Fiscal ao Esporte de Porto Alegre e o Selo de Certificação Compromisso com o Esporte – Prefeitura de Porto Alegre, altera dispositivo na Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, e alterações posteriores, e dá outras providências), alterada pela Lei Complementar nº 579, de 7 de novembro de 2007, alterando para até 100% (cem por cento) do valor individualmente investido no PROESPORTE os incentivos fiscais que poderão ser obtidos pelos contribuintes.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1721/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 027/17, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que cria o Fundo Municipal de Defesa Civil (Fumdec).

PROC. Nº 1535/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 178/17, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que proíbe a realização, pela Administração Pública Municipal, de concurso público destinado exclusivamente à formação de cadastro reserva e dá outras providências.

PROC. Nº 1556/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 180/17, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que institui, no Município de Porto Alegre, o projeto Adote uma Lixeira. **Com Emenda nº 01.**

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste, eu queria falar aqui do PLL nº 027/17, que cria o Fundo Municipal da Defesa Civil. Esta Casa já aprovou projeto de autoria do Presidente desta Casa, Ver. Cassio Trogildo, que criou o Fundo Municipal da Segurança Pública. Esse projeto possibilita que a nossa Guarda Municipal, que o nosso Município tenha um fundo para dar um aporte na questão de segurança pública na nossa Cidade na questão

de melhorar a nossa Guarda Municipal, com videomonitoramento, trazendo ferramentas necessárias para a Guarda Municipal.

O projeto do Ver. Mendes Ribeiro propõe melhorar a Defesa Civil do nosso Município. Nós tivemos alguns eventos, pode-se dizer assim, na cidade de Porto Alegre, em que se viu a importância da Defesa Civil. Um deles foi há três anos, quando se teve a grande enchente no Sarandi, na qual a Defesa Civil teve um papel importantíssimo e participou ativamente, por mais de uma semana, levando aporte para todas as famílias que lá se encontravam. A Defesa Civil, com o apoio da comunidade da Região Norte de Porto Alegre, com barcos, com alimentos, com caminhonetes, tirando as pessoas de dentro de casa, fazendo a contenção da enchente, ajudando também a trancar o arroio. E, depois, nós tivemos aquele vendaval imenso na cidade de Porto Alegre, quando teve milhares e milhares de árvores que foram tiradas dos nossos parques, das nossas avenidas. Imediatamente, a Defesa Civil também foi acionada. Então, é um projeto de importância para a nossa Cidade e um projeto com o qual a iniciativa privada, as pessoas terão uma conta que nem nós temos hoje o Fundo do Idoso, o Fundo do Deficiente, o Fundo da Juventude, o Fundo da Habitação e os demais fundos do Município, onde as pessoas poderão doar, poderão fazer um aporte, assim como as empresas. Poderá haver até projetos que destinarão recursos para esse Fundo da Defesa Civil. Então, nós queremos, em segunda sessão de tramitação e discussão preliminar de pauta deste projeto, trazer o nosso apoio a esta proposta do Ver. Mendes Ribeiro, que institui o Fundo Municipal da Defesa Civil.

Outro projeto que se encontra em Pauta é do Ver. Mauro Pinheiro, que institui no Município de Porto Alegre o Adote uma Lixeira. Acho importante termos projetos para que adotem uma praça, vários projetos em Porto Alegre que permitem que a população de Porto Alegre no seu entorno, nas suas casas, as empresas e a população adotem uma lixeira, tenham uma lixeira disponível na sua calçada, na sua praça, num parque, e a população faça a adoção dessa lixeira.

Seriam estes os encaminhamentos na discussão preliminar de pauta que nós teríamos para fazer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver.^a Sofia Cavedon e Ver. Aldacir Oliboni, há 200 anos, nascia um americano de fibra e de grande integridade intelectual e moral chamado Henry David Thoreau, que passou uma noite na cadeia por se negar a pagar impostos que seriam usados para a manutenção da escravidão e para a política expansionista americana no México. Todos sabem que é de sua autoria o famoso livro de filosofia A Desobediência Civil. Henry David Thoreau passou uma noite na cadeia por não pagar impostos. Ele tinha dinheiro para pagar, mas como era algo usurpador, para fomentar a escravidão e a política

expansionista dos Estados Unidos no México, ele não pagou o imposto, passou uma noite na cadeia. Dizem que, no dia seguinte, a tia foi lá e pagou, ele saiu. Ele não gostou porque ele continuou a escrever e a defender uma vida simples, escreveu um grande clássico chamado Walden, a vida

na mata, na selva, enfim; hoje diríamos que é um grande lutador pela sustentabilidade.

Por que faço essa menção? Porque vamos discutir aqui algo muito sério que são impostos, especificamente um dos dois mais importantes impostos que a Prefeitura nos cobra: Imposto Predial e Territorial Urbano.

Ver. Roberto Robaina, a Constituição nos permite o IPTU progressivo, em 1988. Em 2000, o Estatuto da Cidade reafirma a progressividade do IPTU.

Agora eu pergunto: este Parlamento terá independência? Terá a grandeza que teve o Thoreau de enfrentar um Governo e debater o que tem que ser debatido? Para que servirá o aumento do IPTU? Para manter um salário decente e em dia para os servidores? Vamos discutir! Vamos discutir! Mas, se for para atacar direitos, nós vamos nos opor e vamos fazer ações, não sei como as chamaremos no dia de hoje, mas nós seremos radicais, ofensivos, ousados, como deve ser um Parlamento independente. Aqui não vão passar patrola em ninguém. Se quiserem discutir uma planta de valores com tempo, para que a gente discuta onde foram feitas as grandes obras da Prefeitura, onde aumentou efetivamente o preço real dos imóveis, tudo bem. Por exemplo, as pessoas que moram no eixo da Av. Tronco terão seus imóveis valorizados. Mas como vamos cobrar esse aumento, neste momento, se a avenida não está pronta ainda? Mas a expectativa e o preço de mercado já está dado, aumentou três vezes, o que custava R\$ 70 mil, vai custar R\$ 200 mil. Mas não dá para cobrar R\$ 200 mil porque ninguém vai pagar neste momento.

Preço de mercado, o que é preço de mercado? Eu já venho há dias insistindo que a Escola do Legislativo, eu não sei o que está fazendo a Escola do Legislativo, podia fazer um debate sobre economia, sobre esse tema, por exemplo. E nós podíamos debater o que é preço de mercado, Ver. Moisés. Acho que nós temos que fazer esse debate, será muito importante para todos nós e aí, sim, nós discutiríamos uma planta de valores justa e legal. Por isso que eu lembrei desse grande filósofo, Henry David Thoreau que escreveu A Desobediência Civil. Cuidado!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Pauta com apenas três projetos me enseja a continuar o assunto do Ver. Adeli Sell sobre o IPTU. Eu acho que nós podemos criticar o Governo Marchezan por uma série de projetos que enviou para cá, podem até criticar o IPTU, mas eu preciso, por questão de justiça, devo fazê-lo aqui, a disponibilidade, Ver. Janta, Líder do

Governo, Ver. Moisés, Vice-Líder do Governo, a disponibilidade do Vice-Prefeito Paim e do Secretário Busatto, acompanhado com toda a equipe da Fazenda, mostrando como seria o IPTU, como é o encaminhamento. Fizeram isso para a Bancada do PMDB; convidamos e o Governo prontamente veio. Então queria cumprimentar o Prefeito Marchezan por disponibilizar essas informações importantes. Muito disso que se está discutindo sobre o IPTU, que assusta todo mundo, e não poderia ser diferente, como diria o Ferronato, não é bem assim. Precisamos nos informar mais das injustiças que existem para os dois lados, para quem paga muito pouco e para quem paga muito. Eu acho que isso, sim, tem de ser analisado, ser ouvido, ser discutido, perguntado. E foi isso que aconteceu na reunião que tivemos com o Governo. A Bancada do PMDB, os cinco Vereadores presentes, eu quero cumprimentar o Governo como um todo: o Prefeito, o Vice-Prefeito, o Secretário e a equipe da Fazenda que veio até aqui na Câmara, até a Bancada do PMDB, para explicar isso, para tirar dúvidas. É isso, acho que o que existe mesmo, na Cidade, sobre o assunto, é muita dúvida. Desta vez, quero cumprimentar o Governo - critica-se tanto a falta de diálogo - desta vez, por todo o Governo tentar explicar. É claro que não estou dizendo, com isso, que se vá votar todo o Projeto, como está. Muitas emendas surgirão, mas o importante, o que quero destacar aqui é o diálogo e a disposição do Governo para explicar. Explicou para a Bancada do PMDB e, certamente, está explicando, para a sociedade, para as entidades empresariais. Espero que explique isso também para o Orçamento Participativo, Vereador Cassio, V. Exa. que tem uma inserção muito forte nisso, para que essas pessoas do Orçamento Participativo, também, saibam que a maioria dessas pessoas, dessa população mais pobre, será mais beneficiada ainda. Então acho que isso é importante de se falar aqui, de se discutir, todos temos o direito de ter opiniões contrárias e de ter restrições a alguns itens, mas, no bojo do todo, está sendo bem explicado. A tentativa do Governo de mostrar como deve ser, inclusive, com simulações para que nós, Vereadores, possamos analisar na real, quanto é que vale um apartamento numa região, em outra região. E muitas vezes, a discrepância que tem na mesma região, em edifícios um colado no outro. Um paga R\$ 10, o outro paga R\$ 120. É isso que está sendo feito, tentando ser acertado. Eu espero que esse diálogo continue para que se possa fazer uma votação com conhecimento. Eu gosto de fazer isso, eu quero me convencer disso, se a coisa, muitas vezes acho que está muito errada, mas se eu for convencido, eu posso mudar de opinião, eu não sou dono da minha opinião. Tenho opinião e tenho a minha verdade, a minha verdade, eu brigo por ela. Mas a opinião pode ser mudada com argumentos factíveis. E eu tenho certeza de que nós, Ver.^a Nádia, Ver. Mendes Ribeiro, tivemos uma boa explanação, tiramos muitas dúvidas. Eu estava agora há pouco falando com o Ver. Carús, de quem também as dúvidas foram tiradas, isso não quer dizer, nós não saímos de lá, inclusive, o Vice-Prefeito, para fazer justiça, não pediu o nosso voto, e nós também...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. IDENIR CECCHIM: ...nós também como o Vice-Prefeito e o Secretário apresentaram o projeto, não pediram apoio da Bancada, e nós também não precisamos oferecer o apoio. Mas tenho certeza de que a Bancada, como um todo, ficou esclarecida sobre o IPTU, sobre esse projeto que precisa ser discutido com a Cidade, sim senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Moises Maluco do Bem, ao PLCL nº 008/17.

O Ver. Moises Maluco do Bem está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, Sr. Presidente, colegas, bom, na tarde de hoje, eu gostaria em primeiro lugar, de dizer que acompanhei aqui na Casa a visita do Prefeito em exercício, Gustavo Paim para a entrega da LDO. Mais uma vez, este Governo demonstra seriedade na entrega, e não é uma peça de ficção, tenho certeza de que a gente vai ter tempo de debater com os Pares a LDO. O Vice-Prefeito Gustavo Paim está em exercício porque o Prefeito Marchezan está em Brasília. Para que a gente possa fazer a divulgação aqui na TVCâmara, queria deixar claro que ele está em Brasília na tentativa de buscar recursos. Eu gostaria de pedir ao Ver. Oliboni que se atente ao fato de que o Prefeito Marchezan está lá justamente buscando recursos para que postos de pronto atendimento de Porto Alegre se tornem UPAs. Tem uma reivindicação do Município para que a gente consiga recursos para o pronto atendimento da Bom Jesus, da Lomba do Pinheiro, da Parada 12, também para o posto da Cruzeiro do Sul, são mais ou menos R\$ 10,8 milhões para as três unidades, e o Prefeito Marchezan está lá na tentativa de buscar esses recursos, Ver. Tarciso, e também na intenção de buscar soluções para a questão do Hospital Parque Belém. Também está buscando para a área do turismo, para a criação do centro de eventos de Porto Alegre, alguma atenção do Governo Federal. Por último, está vendo se consegue recursos e atenção do Governo Federal para a área da segurança: integração entre Brigada Militar e Polícia Civil, cercamento eletrônico e o já tão falado, o famoso monitoramento veicular, para combater furtos, clonagens e também ações dos criminosos.

Pegando esse gancho da segurança pública, quero aqui citar, no tempo que me resta, o reconhecimento a alguns servidores da segurança que vou nominar, que socorreram este Vereador, todos aqui acompanharam o desfecho, fazendo a captura de criminosos, estourando o cativado, há onze dias: equipe do 19º BPM, a Ver.^a Comandante Nádia está presente aqui, viatura nº 8.561, Soldado Eder, Soldado Wagner, Soldado Tavares; viatura nº 8.792, Soldado Pavão, o Sargento Fernando, o Soldado Shorner; na viatura nº 8.790, o Soldado André, o Soldado Manzone, o Soldado Damas; na viatura fiscal de serviço nº 9.260, o Sargento Sostes e o Soldado Schultz; na viatura discreta, o Soldado Fernandes e o Soldado Oleques. Também não poderia deixar de citar aqui a equipe da Polícia Civil que nos atendeu: a Lorenza Cunha, o Ugo Correa Filho, a Loreni Russo, a Daniele Moreira, a Lauren Grechi e Terezinha Limana

Fioravante. O meu agradecimento a esses bravos servidores. Para o dia de hoje, era o que eu queria dividir com os senhores e com as senhoras. Longa vida aos servidores da segurança pública! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público das galerias e público que nos assiste no TVCâmara. Eu poderia ter falado em Pauta; dos três projetos apresentados aqui em 2ª Sessão, dois são de minha autoria, Ver. Matheus. Um deles, que nós até discutimos ali, é sobre a importância de buscar soluções e não só ficar apontando os problemas – não é, Ver. Matheus? No caso das lixeiras, devemos buscar parcerias público-privadas para que possamos aumentar o número de lixeiras na cidade de Porto Alegre, tendo em vista a dificuldade que hoje nós temos com a falta de recursos públicos. Assim como a gente já tem as parcerias com as praças – adoções de praças –, que a gente possa adotar lixeiras, não só na frente dos estabelecimentos, Ver. Tarciso, mas pela Cidade. Dessa forma, a empresa poder botar uma pequena propaganda, fazer um *marketing* e ajudar na melhoria da Cidade.

Outro projeto, também de nossa autoria, busca proibir a realização pela administração pública de concurso público destinado exclusivamente à formação de cadastro, porque a gente vê que, muitas vezes, o concurso é feito apenas de forma arrecadatória, o que acaba iludindo as pessoas, que estudam, pagam taxas para concorrer; e, depois, nenhuma pessoa é chamada para assumir o cargo público. Então que sejam feitos concursos públicos somente quando houver vagas para que as pessoas não sejam enganadas, e ser só de forma arrecadatória.

O meu amigo Ver. Adeli Sell disse que o Parlamento tem que ser independente. Estou aqui no meu terceiro mandato e vejo que este é o que está mais próximo de ser independente do que as outras duas legislaturas de que participei. Quando terminou o Governo passado, ele tinha mais de 25 Vereadores na sua base e que votavam com ele. Hoje, o Governo tem 11 ou 12 Vereadores na sua base. O Prefeito Marchezan tem apenas um Vereador do seu Partido, o Ver. Moisés. Então temos condições de propormos bons debates aqui na Câmara, discutirmos e avançarmos nas melhorias para a Cidade. Apesar de a política estar bastante desacreditada, acho que nós, aqui na Câmara, onde temos projetos importantes, podemos fazer o bom debate. Temos comissões especiais sendo propostas, frentes parlamentares. Este Parlamento nunca esteve tão independente nas últimas legislaturas como esta.

Temos projetos importantes para a Cidade como o do transporte público. Estamos vivendo momentos difíceis, porque sabemos que esse sistema está completamente falido por má gestão, quando ganharam muito dinheiro em anos anteriores. Esse sistema está esgotado. Temos que ir além do projeto que está aqui na Casa. Acredito que a saída é a integração da Região Metropolitana, que vai além da

Câmara Municipal de Porto Alegre, mas pode iniciar por aqui. Ainda no transporte público, temos um projeto de lei sobre os táxis. Temos que discutir para ver como melhorar os táxis. Para os aplicativos, está retornando um novo projeto que temos que debater e buscar uma saída para ver como integrar esse novo sistema de aplicativos na Região Metropolitana. E temos a questão do IPTU. Um projeto importante que temos que fazer o debate. Como o debate sobre os clubes: será que eles devem pagar ou não pagar o IPTU? Eu acho que a Casa tem a oportunidade de fazer essa discussão e de mostrar que o Parlamento é fundamental numa Cidade. Então, eu acho que de forma independente nós devemos fazer esse debate e buscar a melhor saída para a cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rafão Oliveira está com a palavra para discutir a Pauta e prossegue a sua manifestação em Comunicação de Líder.

O SR. RAFÃO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, meu boa tarde. Quero me solidarizar ao Ver. Moisés pelo seu infeliz caso de sequestro em Porto Alegre e agradecer em nome da Polícia Civil e da Brigada Militar. Eu, como comissário de polícia, e hoje Vereador interno, agradeço as suas palavras, o que demonstra a presteza da polícia, das forças policiais, mesmo que ainda sem condições ideais, estão sempre prontos para salvar vidas. E o senhor teve como um Parlamentar a experiência de ver as nossas ações, mesmo sofrendo duras penas de um salário parcelado e de outros sucateamentos que todos sabem. Eu me solidarizo e infelizmente essa é uma questão em cuja fila todos nós estamos. Eu gostaria de trazer hoje à reflexão exatamente o tema da segurança pública de que governar é assumir prioridades. O povo, o cidadão gaúcho está precisando de prioridade em segurança pública, pois todos nós estamos na fila, um dia ou outro, ninguém sabe o dia. Falo aqui como comissário e como Vereador, que nós temos a responsabilidade, eu sei que não se trata apenas de um assunto municipal, mas como autoridade, como Parlamentar, a nossa voz ecoa. Então, o cidadão que está passando por essa situação toda de insegurança, ele deve ter o seu direito de defesa aumentado. Aqui proponho uma revisão em nível federal da revogação do Estatuto do Desarmamento e da fortificação do contingente da Brigada Militar e da Polícia Civil, colocando inclusive em ordem as promoções e o efetivo. Feito isso, gostaria de parabenizar o PLCL nº 027/17, em 2ª Sessão de Pauta, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que cria o Fundo Municipal de Defesa Civil, muito oportuno, muito feliz, porque nesses momentos de catástrofes que ocorrem no mundo inteiro é ali que as pessoas demonstram a sua solidariedade, é ali que o cidadão, a pessoa humana se une para salvar o próximo, é ali que todos os valores se unem em prol do bem e a vida humana. A Defesa Civil, que é um órgão muito importante na área da segurança pública, precisa de muito recurso. Na nossa Cidade, na capital Porto Alegre, uma chuva

deixa centenas de desabrigados. Já tive a oportunidade de presenciar o sofrimento dessas pessoas. Parabéns, Vereador, um fundo para a Defesa Civil é de extrema valia e de extrema necessidade. Também, Ver. Mauro Pinheiro, gostaria de elogiar o seu projeto e dar o meu apoio, realmente, fazer concurso só para cadastro extra não tem cabimento. Acho que o serviço público precisa ser repostado, precisa de um efetivo condizente para melhor prestação de serviço ao cidadão. O servidor público é imprescindível para que a máquina pública funcione de uma maneira eficiente. Aqui não queremos encher o Estado de funcionários públicos, mas sim, o mínimo necessário para que seja eficiente, como citei o caso da segurança pública. Dessa forma, agradeço a todos e fica aqui o meu apoio e o meu boa tarde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; em 2ª Sessão de discussão preliminar de pauta, o Ver. Mendes Ribeiro nos apresenta o Projeto de Lei Complementar nº 027/17, que cria o Fundo Municipal de Defesa Civil. O que eu vou debater sobre esse projeto? Aqui na Câmara, houve várias tentativas de criação de fundos municipais. Há sempre aquela questão da restrição legal, mas eu creio que nós deveríamos aproveitar essa discussão, porque tem um veto a um projeto de lei criado pelo Vereador-Presidente Cassio Trogildo que nós vamos debater, e esse do Mendes Ribeiro. Nós teríamos que discutir uma forma de criação de fundo que tivesse uma supervisão do Poder Público, mas talvez com uma gestão independente, explico por quê. Se nós formos comprar qualquer equipamento para fazer salvação de pessoas numa catástrofe, comprando pelo Poder Público, os preços, nós sabemos, vão às nuvens! Imaginem se nós formos comprar carros, equipamentos para segurança pública, para a Brigada Militar. Se nós colocarmos isso num fundo, fizemos uma campanha na sociedade, uma camionete que custa, através de um ente privado, 120, nós vamos pagar 180 pelo Poder Público, é assim que funcionam as coisas neste País. Eu sou um defensor dos fundos municipais, porque eu acredito que a sociedade, o Governo têm que ter uma coparticipação. Essas questões, é muito importante que elas efetivamente aconteçam, porque não adianta criar um fundo público se o Governo não põe nesse fundo. O que fizeram, por exemplo, com o Funmercado? Pegaram o dinheiro do Funmercado de forma irregular – para não dizer ilegal, vamos ficar no irregular –, para colocar no caixa único, criou-se um embaraço, e nada foi feito para resolver esse problema. Assim, nós devemos repensar a questão dos fundos, ou seja, eu estou aqui propondo, Ver. Matheus Ayres, uma nova forma de encarar essa questão, para que a municipalidade – a começar por nós, Legislativo Municipal – não fique refém de um debate sobre a legalidade, a constitucionalidade ou não de propor, através do Legislativo, esse tipo de organização pública, se nós pudéssemos trabalhar essa ideia de um fundo independente, criação, por exemplo, de um grande guarda-chuva institucional

para cuidar de fundos e que se debatessem os critérios da utilização desse fundo com a municipalidade, mas que a compra fosse feita por essa instituição não pública, poderia ser não governamental, porque os custos seriam muito menores. Ou seja, estou levantando aqui uma tese nova, algo para que a gente possa discutir conjuntamente, para que a gente não fique refém da criação de um Estado em que nós temos amarras tais. E foi muito bom, eu ouvi recentemente um entrevista interessante de um dos Deputados, o que foi, na verdade, o criador, o mentor da Lei nº 8666/93. O Deputado Pont foi, inclusive, constituinte e teve uma participação efetiva nessa questão. Isso foi bom para uma época, eu acho que até a Lei nº 8666 já está ultrapassada, nós temos que ter algo novo, e talvez com todo esse furdúncio feito pela Lava Jato, que tapa muito o sol com a peneira, nós vamos chegar por uma outra visão, uma visão republicana, a uma solução.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores, eu me inscrevi em Pauta para comentar o tema do Ver. Professor Tóvi, professor de educação física, atua no Cevi, Zona Norte, assumiu alguns dias nesta Casa como Suplente de Vereador, dos Democratas, apresenta aqui uma proposta: institui o Programa Municipal de Apoio e Promoção do Esporte – PROESPORTE –, o Protocolo de Incentivo Fiscal ao Esporte de Porto Alegre e o Selo de Certificação Compromisso com o Esporte. Temos que olhar com carinho; estamos retomando o trabalho da Frente Parlamentar em Defesa do Direito Social ao Esporte, ao Lazer e à Recreação. Estou muito preocupada com a situação das piscinas; ou nós nos ativamos agora - a proposta é terminarmos de visitar os centros comunitários e centros de atuação da ex-Secretária Municipal de Esportes e já fazer um diagnóstico da situação das piscinas populares de Porto Alegre para o verão, como tem no Cevi, onde o Tóvi, Suplente de Vereador, atua. No Cegeb, no início da Vila Cruzeiro, a piscina não funcionou no ano passado, e não tem nenhuma notícia de licitação para arrumar a piscina que está com uma rachadura, problema estrutural. E aí, vamos ficar com essa população pobre da Cruzeiro, Glória, Cristal, sem piscina no verão, única oportunidade que muitos jovens têm muitas vezes de praticar alguma natação ou de terem um fresco?

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só uma correção: o Ver. Professor Tóvi é da REDE!

A SRA. SOFIA CAVEDON: Desculpe, na hora não lembrei de qual partido que o Tóvi era.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: É um projeto que a gente tem que olhar com carinho porque o esporte precisa, Sofia, e a gente sabe disso. Educação, esporte, nós temos que dar essa grande ênfase para a cidade de Porto Alegre para que não vejamos o que estamos vendo quando saímos para visitas com a Comissão Educação, Cultura, esportes e Juventude. Vamos ver se Porto Alegre realiza as coisas boas, se tornando a grande capital dos gaúchos.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Muito bem, Ver. Tarciso; foste muito leal e valoroso na discussão do esporte aqui, como vários outros Vereadores, com toda aquela população mobilizada pela SME. A gente tem um diagnóstico: fechando o mês de agosto, até agora nenhum funcionário de limpeza foi repostado; foram retirados de todos os espaços! Sabe o que as pessoas estão fazendo? Rifa, mutirão, e as pessoas estão fazendo? Rifas, mutirões nas comunidades para os ginásios funcionarem, fazendo limpeza. É uma vergonha: o Cecores está usando muito mal o ginásio, com cadeado, porque não tem ninguém para cuidar da portaria na Restinga, que é um problema grave à noite, onde a população utilizava o ginásio lá. Ninguém da limpeza e da manutenção foram repostos em nenhum espaço da antiga Secretaria Municipal de Esportes – nenhum! E o Vereador, claro, assumiu poucos dias aqui, preocupado, porque ele é da área, ele sabe a situação degradada que está os espaços onde valorosamente a população, junto com os poucos profissionais da educação física, tenta cultivar um esporte e o lazer.

Faltou a Frente Parlamentar visitar alguns espaços, com a parceria da CECE, como a CECE tem mais limites de horários... Mas estou deixando para o Ver. Tarciso Flecha Negra, porque aonde a CECE vai, vai mais forte, e é importante, Tarciso. Nós temos aqui pautado o Ginásio de Esportes Lupi Martins, que ainda não tem perspectiva de conserto do telhado. Então, nós vamos apoiar, com certeza, o ajuste do Pró-Esporte. A lei que existe aqui, em Porto Alegre, está ainda muito aquém do que ela poderia buscar de recursos, de fato, para a quantidade e apoio às atividades esportivas. Óbvio que elas somente são sérias, continuadas e qualificadas quando uma Secretaria supervisiona, controla e aprova, senão, podemos perder dinheiro público nesses incentivos fiscais, porque tem muita iniciativa que acaba não dando certo o desvio de recurso. Então, é fundamental...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde ao Presidente Cassio, aos colegas, à assistência que está aqui, na Câmara de Vereadores, os telespectadores, hoje quero falar de algo que já vou pedir para o pessoal passar ali na tela.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: “Não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da Polícia Militar”, com essas palavras de ordem, cerca de 100 estudantes protestaram com a queima de pneus e bloqueio total da Rua Sarmiento Leite, em frente à Faculdade de Arquitetura da UFRGS, no dia 11 de agosto, bem cedo. Quero convidar os colegas Parlamentares para acompanharem minha análise a respeito das últimas manifestações ditas estudantis, sem paixões, sem tendências, apenas olhando, quadro a quadro, esses eventos. Neste e em outros tantos episódios a interrupção do trânsito feriu o princípio constitucional do ir e vir das pessoas que não queriam manifestar ou não podiam, pois, responsabilmente, estabeleceram outras prioridades para sua vida, trabalhar, buscar assistência médica, entre outros, inclusive estudar. A absurda queima de pneus colocou em risco transeuntes que por ali somente queriam passar, agrediu nosso meio ambiente com a população, sem falar no risco do fogo que poderia alastrar-se pelas construções e carros, causando um dano maior do que o esperado. Em outras manifestações, vimos estudantes com os rostos cobertos na tentativa do anonimato covarde de quem age com o desvio de conduta, estudantes com máscaras contra gás lacrimogêneo, com artefatos incendiários nas mãos, derrubando contêineres, quebrando vitrines de lojas, pichando, atirando pedras e vidros contra policiais militares e vandalizando uma cidade cansada de ser usada como oficina desses ditos movimentos destrutivos e belicosos. Estudantes com a palavra de ordem: “Não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da Polícia Militar”, como mantra essas palavras são repetidas também por manifestantes dos Sem Terra, da CUT, do CPERS e de muitos sindicatos. São grupos que não representam a maioria da população da Capital e do Rio Grande do Sul, visto o último sufrágio das urnas. Esses que citei são pequenos e barulhentos grupos que encontram guarida nos partidos políticos de esquerda, com nítido alinhamento das suas posições ideológicas, com os discursos geralmente proferidos por integrantes dessas siglas e que, dentre outras tantas forças de barra, também não querem polícias na rua, buscando a desconstrução da família como conhecemos, do Estado Democrático e legalmente previsto e de qualquer autoridade que não possam chamar de companheiro, pois seguem uma cartilha conhecida dos cubanos e atualmente também impõem violência, tristeza e pobreza à Venezuela. E o mais preocupante é que esses jovens que se dizem estudantes serão, muito em breve, os novos professores, os novos médicos, os novos engenheiros, os novos promotores, defensores públicos serão os novos juízes. E por que os constantes ataques à Polícia Militar? Nós bem sabemos, basicamente, porque ela representa a última linha que mantém costurado e unido o tecido social que ainda permite que um corajoso empreendedor invista suas escassas reservas financeiras em um pequeno estabelecimento comercial, por exemplo. Que uma família nova surja e tenha esperança em dias melhores. Que garanta que o transporte coletivo circule livremente pelas ruas como a Sarmiento Leite. Que os bancos funcionem, que os hospitais e escolas estejam sempre de portas abertas. Isso pelo simples motivo de que nenhuma dessas rotineiras e cotidianas atividades de nossa sociedade serão proibidas por um regime totalitário como acontece no país vizinho.

Enquanto aqui tivermos nossas instituições: Polícia Militar, Polícia Civil, fortes e atuantes. Eu quero, como a maioria dos gaúchos e gaúchas, uma Polícia Militar cada vez mais presente em nossas ruas e que seus valorosos integrantes sejam sempre referência da tão sonhada paz, segurança e prosperidade social.

Escutem o que eu vou dizer: não acabou e não vai acabar, vida longa à Polícia Militar!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Então, agradeço ao PSOL e a o PT, Vereadores, por poder falar nesse tempo. Vou falar de um artigo que tem nos jornais de hoje, uma denúncia gravíssima. Mas, antes, preciso usar dois minutos para dizer que estava na expectativa, Comandante Nádia, que V. Exa. falasse da segurança de Porto Alegre. Lamento profundamente que venha aqui criminalizar estudantes que não querem violência policial; não é que não queiram segurança nem dignidade para o servidor – não querem violência policial.

E nós estamos com dados aterrorizantes no Brasil. Hoje de manhã, na Band News, tinha uma notícia dando os números dos assassinatos no País, e nós vamos chegar aos lamentáveis 60 mil assassinatos no Brasil, de pobres, jovens, negros, pela incompetência, sucumbência total do Estado à lógica beligerante, ao crime, à marginalidade. Está provado que o modelo de mera ocupação e violência não funciona. Há favelas no Rio onde tem que ter que ter escolta para as pessoas irem aos supermercados.

Eu queria saber – porque vi notícia nos jornais, inclusive hoje, em pauta hoje, não é por isso – onde está o programa, o projeto, a ação do Prefeito Marchezan em relação à segurança em Porro Alegre? Qual é a iniciativa? Qual é a proposta? Qual é a política? Porque são os mesmos partidos no Governo Federal, no Governo Estadual e aqui no Governo Municipal. Este modelito estado mínimo, modelo ultraneoliberal, não tem nenhuma alternativa para salvar a vida das pessoas. Nada! Nenhuma alternativa. Não há! Não vi. E o crime está aumentando, a violência está aumentando, a morte está aumentando.

E o que eu vejo aqui é a criminalização da juventude, Robaina, juventude que está na rua dizendo que só não quer mais violência. E é recebida com bala de borracha, com violência. Como foram recebidos os municipais no Mercado Público? Com seguranças mandados pela SMIC, no sentido de que não entrem os baderneiros e os municipais, porque querem defender o Mercado Público. É a violência contra os movimentos sociais enquanto está impune a violência das máfias neste País. É isso, lamentavelmente.

De outro lado quero falar, na Liderança de oposição, dessa gravíssima denúncia que está no Jornal de Comércio hoje. Assinado por engenheiro aposentado do

DMAE. Ver. Dib, eu sei que V. Exa. está nos acompanhando na TVCâmara, o senhor deve conhecer o Sr. Adinaldo de Fraga, não lembro se conheço: “Vai faltar água no verão em Porto Alegre”. Extremamente grave a denúncia desse engenheiro aposentado do DMAE, que diz que, agora, seis meses depois – vou para o final, pois não vou ter tempo – compras de materiais, como insumos para tratamento de água ficaram sem contrato. Após seis meses de Governo, o Governo Municipal devolveu 80 processos que estavam no Comitê Financeiro – olhem a gravidade disso! – para serem licitados na Celic/DMAE. Seis meses, 80 processos do DMAE! O DMAE perdeu a autonomia. Está escrito aqui. O DMAE perdeu completamente a autonomia para gerir os seus investimentos. Com isso, os materiais e equipamentos para o Programa Verão 2017/2018 não chegarão a tempo para serem instalados e testados. Apesar do alerta dos técnicos do Departamento para os riscos advindos de sua decisão, o governo resolveu ignorar o aviso e, em decorrência disso, haverá falta d’água na Cidade no próximo verão, especialmente na periferia da Cidade. Denúncia gravíssima do DMAE, da incompetência desse Governo, que quer vender o DMAE. E ele precisa que o DMAE não funcione. Ele precisa, Adeli, Oliboni, que chegue janeiro e comece o pessoal a reclamar do DMAE. Sim, porque o DMAE está indo muito bem. Como é que ele vai vender o DMAE? Como é que ele vai passar o projeto de lei aqui para privatizar? Está aqui a prova do crime! Prova do crime! E eu nem conheço este engenheiro. Peguei agora a notícia do jornal, a denúncia gravíssima: 80 processos de licitação engavetados pelo Comitê Financeiro Central porque o DMAE perdeu a autonomia. Perdeu a autonomia! E não vai ter água no verão. Esta é antessala da privatização, esta denúncia que todos estão fazendo. E eu espero que o Governo Marchezan explique esta incompetência, porque nós vamos denunciar aos órgãos que têm que tomar providências.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h59min.)

* * * * *